

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Outubro de 2004.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

Ficam colocados na lista de antiguidade do seu posto e especialidade, imediatamente à esquerda do 1SARG SS 111981-J, Susana da Conceição Rodrigues Lança de Oliveira.

Mantém o escalão remuneratório em que se encontram integrados.

9 de Outubro de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante, *Artur Manuel Garcia Ribeiro Proença Prazeres*, TGEN/PILAV.

Despacho n.º 23 070/2006

Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que os militares em seguida mencionados, que concluíram em 25 de Julho de 2006 o curso de formação de sargentos, ingressem no quadro permanente da especialidade de serviço de saúde, desde 26 de Julho de 2006, com o posto de 2SAR, ao abrigo do n.º 1 do artigo 167.º e dos n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 260.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de Junho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto:

Quadro de sargentos SS:

2SAR:

2SARG SS 129258-H, Fátima Vera da Silva, BLUMADI.

2SARG SS 108178-A, Emanuel Fernando Abreu Duarte, BLUMADI.

2SARG SS 129284-G, Vítor Miguel Ribeiro Duarte, BLUMADI.

Contam a antiguidade e os efeitos administrativos desde 1 de Outubro de 2004.

Preenchem vagas em aberto no respectivo quadro.

Ficam colocados na lista de antiguidade do seu posto e especialidade, imediatamente à esquerda do 1SARG SS 123565-G, Olga Sofia Sousa Morais.

Mantém o escalão remuneratório em que se encontram integrados.

9 de Outubro de 2006. — Por delegação do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, o Comandante de Pessoal da Força Aérea, *Artur Manuel Garcia Ribeiro Proença Prazeres*, TGEN/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Rectificação n.º 1672/2006

Por ter sido publicado com inexactidão o aviso n.º 8439/2005, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 188, de 29 de Setembro de 2005, rectifica-se que onde se lê «Paula Cristina Moreira de Azevedo Ramalho Correia» deve ler-se «Paula Cristina Moreira de Azevedo».

24 de Outubro de 2006. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho (extracto) n.º 23 071/2006

Por despacho de 26 de Outubro de 2006 do director nacional da Polícia Judiciária, foi revogado o despacho de 11 de Outubro de 2006, publicado como despacho (extracto) n.º 21 530/2006 no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 205, de 24 de Outubro de 2006, na parte que diz respeito à nomeação da coordenadora de investigação criminal licenciada Ana Mafalda de Bastos Pires Amaral como coordenadora superior de investigação criminal do escalão 2, do quadro da Polícia Judiciária, sendo a mesma nomeada coordenadora superior de investigação criminal do escalão 1, do mesmo quadro, com efeitos de antiguidade a 11 de Outubro de 2006 e remuneratórios a 26 de Outubro de 2006, auferindo a remuneração do escalão 2 da mesma categoria. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Outubro de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 23 072/2006

Nos termos conjugados do artigo 18.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeado, em comissão de serviço, no cargo de subdirector-geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, o inspector de finanças principal da Inspeção-Geral das Finanças licenciado Manuel Inácio da Silva Pinheiro.

A presente nomeação fundamenta-se na experiência profissional e na formação detida pelo ora nomeado e na reconhecida aptidão do mesmo para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, o respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

O presente despacho produz efeitos a partir de 2 de Outubro de 2006.

2 de Outubro de 2006. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

ANEXO

Curriculum vitae — Resumo

1 — Identificação:

Nome — Manuel Inácio da Silva Pinheiro;

Data de nascimento — 6 de Novembro de 1959.

2 — Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito;

Curso de pós-graduação em Direito da Sociedade da Informação.

3 — Formação profissional complementar — cursos de formação profissional, ministrados pela Direcção-Geral dos Impostos, pelo Instituto Nacional de Administração e pela Inspeção-Geral de Finanças, relativos a várias matérias, nomeadamente direito fiscal, direito comunitário, contratação pública, informática e gestão financeira e de recursos humanos.

4 — Actividade profissional:

Desde 15 de Maio de 2003 até à presente data foi director de serviços e chefe de divisão na Direcção de Serviços Financeiros da Direcção-Geral de Informática e Apoio aos Serviços Tributários e Aduaneiros, onde tem vindo a exercer as funções inerentes ao cargo;

Desde 26 de Novembro de 2001 até 15 de Maio de 2003 foi subdirector-geral do Património, onde exerceu as funções inerentes ao respectivo cargo, tendo sido responsável pelas áreas administrativa e financeira, pela gestão do património imobiliário do Estado e pelo aprovisionamento público;

Desde 2 de Fevereiro de 1998 até 25 de Novembro de 2001 foi vice-presidente do Instituto Português de Cartografia e Cadastro, onde exerceu as funções inerentes ao cargo, com responsabilidades nas áreas administrativas e financeiras, bem como o acompanhamento e apoio nas decisões do organismo, com especial incidência em aspectos jurídicos específicos, como direitos de autor, cadastro predial, cartografia, contratação pública, etc.;

Desde Setembro de 1992 até 2 de Fevereiro de 1998, enquanto inspector de finanças na Inspeção-Geral de Finanças, exerceu as funções de jurista na inspecção de empresas (Núcleo de Inspeção às Entidades Parafinanceiras). Estas funções foram exercidas de forma integrada, tendo incidido sobre vários ramos do direito (comercial, civil, financeiro, administrativo e fiscal), especialmente relacionadas com a actividade das sociedades gestoras de participações sociais, sociedades de gestão e investimento imobiliário e outras entidades;

Desde Junho a Setembro de 1992 foi representante da Fazenda Pública junto do Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa;

Desde Fevereiro de 1982 a Maio de 1992 foi funcionário da carreira técnica da Direcção-Geral dos Impostos, tendo prestado serviço em repartição de finanças até Março de 1987 e, desde esta data, no Tribunal Tributário de 1.ª Instância de Lisboa, até Maio de 1992;

Desde Fevereiro de 1980 a Fevereiro de 1982 foi docente do ensino secundário;

Desenvolveu acções pontuais de formação profissional e assessoria jurídica a uma associação que congrega associados prestadores de serviços de contabilidade a empresas.